

*So querida Amanda,
para ver o resultado
de sua redação. Mili
8/9/57*

Anísio Teixeira

*

A ESCOLA BRASILEIRA E A ESTABILIDADE SOCIAL

*

- Rio de Janeiro, 1957 -

A ESCOLA BRASILEIRA E A ESTABILIDADE SOCIAL

Anísio Teixeira

Não é fácil dar, em uma só palestra, descrição suficientemente exata da situação educacional brasileira e indicar os principais aspectos que mostram como e quanto ela é pouco satisfatória. Em todo caso tal é a minha tarefa, hoje, aqui, e vou buscar cumpri-la como me fôr possível. Tomaremos em cada um dos níveis do ensino - primário, médio e superior - os fatos que nos parecem mais significativos, buscando interpretá-los à luz de uma compreensão ampla da função de todo o sistema de educação, a fim de caracterizar-lhe as tendências e indicar as correções acaso mais recomendáveis. A educação, sendo um processo de cultivo ou de cultura, há de ser sempre algo em permanente mudança, em permanente reconstrução, a exigir, por conseguinte, sempre, novas descrições, análises novas e novos tratamentos. Como a agricultura, como a medicina, a educação está em permanente transformação, não só em virtude de conhecimentos novos, como em virtude de mudanças decorrentes da própria dinâmica da sociedade.

* * *

A situação educacional brasileira apresenta-se como uma pirâmide, em que a base não chega a ter consciência e solidéz de tão tênue que é, logo se afilando, mais à maneira de um obelisco do que mesmo de uma pirâmide. Tal aspecto manifesta-se desde a escola primária.

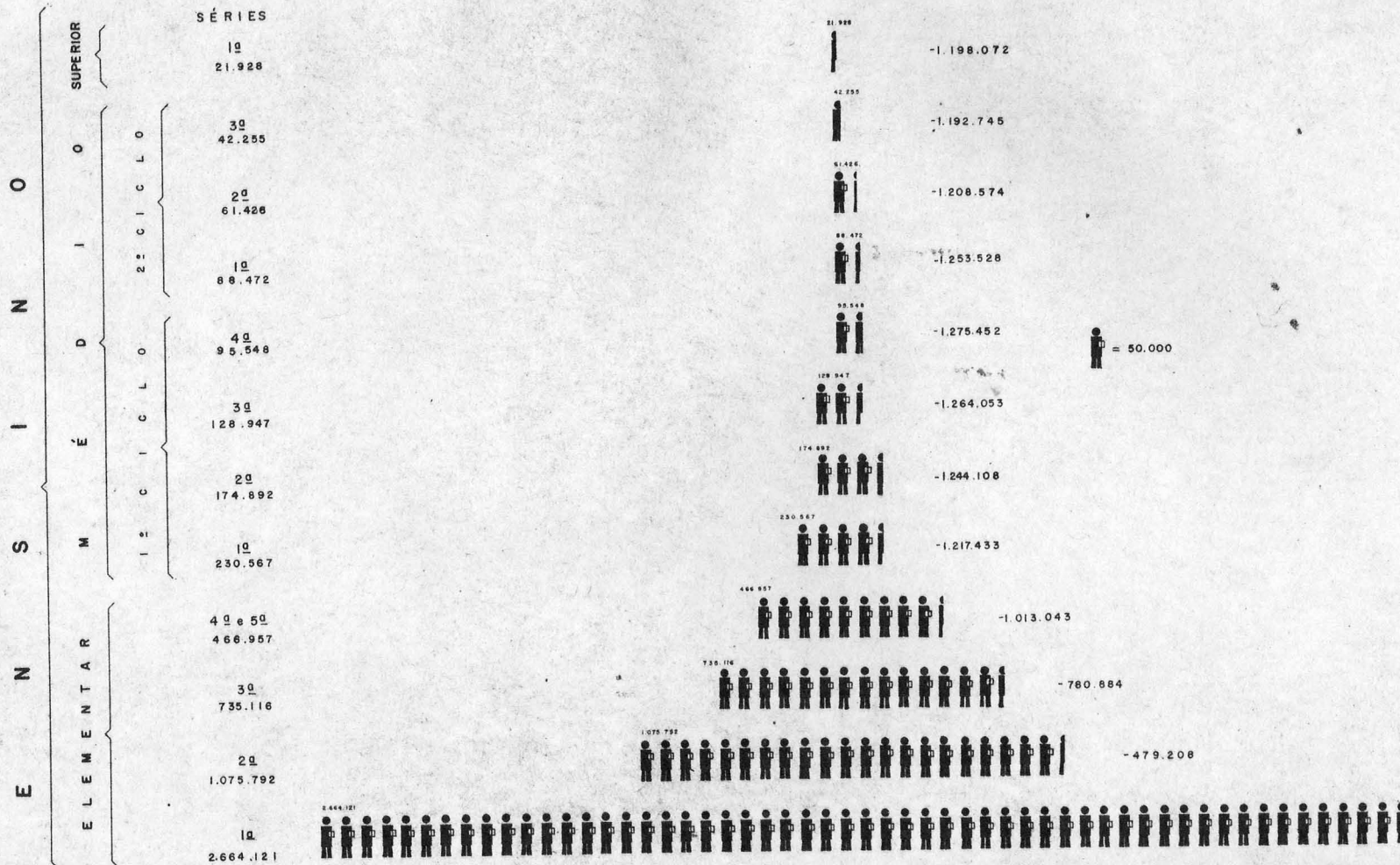
Para uma população escolar de 7 a 11 anos de idade, num total de 7 595 000, a escola primária acolhe 4 921 986, ou sejam cêrca de 70%. Dêstes, porém, encontram-se no 1º ano 2 664 121, quando ali só se deviam encontrar 1 600 000 (grupo

de idade de 7 anos), no 2º, 1 075 792, quando aí se deviam achar 1 500 000, no 3º, 735 116, onde deviam estar outros 1 500 000, no 4º e 5º anos, 466 957, quando aí deviam estar 1 480 000; só êste fato já afila singularmente a pirâmide, conforme se pode ver no gráfico, que ora apresentamos, das matrículas por séries nas escolas brasileiras de nível primário, médio e superior.

O gráfico revela quanto não está sendo cumprida a função precípua da escola primária, que é a de ministrar uma cultura básica ao povo brasileiro. O ensino primário se vem fazendo um processo puramente seletivo. A ênfase está no puramente. Com efeito, embora o próprio ensino primário deva contribuir para uma primeira seleção humana, não é esta a sua finalidade precípua. Se todo êle passar a ser um processo de seleção, isto é, de escolha de alguns, destinados a prosseguir a educação em níveis pós-primários, estará prejudicada a sua função essencial.

Ora, aí temos o primeiro aspecto pelo qual se verifica como e quanto o ensino primário vem sendo desvirtuado. Considerando-o puramente preparatório às fases ulteriores da educação, descuidamo-nos de organizá-lo para efetivamente atender a todos os alunos, seja qual fôr a capacidade intelectual de cada um, e vimos, ao contrário, mantendo a velha organização seletiva de escola propedêutica. O característico da organização das escolas para finalidade seletiva é o menosprêzo às diferenças individuais, ou a utilização das diferenças individuais apenas para eliminar os reputados incapazes. A escola fixa os seus graus ou séries de ensino, os padrões a que devem atingir os alunos capazes de seguir o curso. Os que não se revelarem capazes, são reprovados, tornando-se, ou repetentes, ou excluídos. Nessa organização cabe ao aluno adaptar-se ao ensino e não o ensino ao aluno. Nada mais legítimo, se a escola visa realmente selecionar alguns alunos para determinados estudos. E nada mais ilegítimo, se a escola se

DEMONSTRAÇÃO DO CARACTER SELETIVO DA ESCOLA BRASILEIRA



propõe a dar a todos uma habilitação mínima para a vida, a promover a formação possível de todos os alunos de acôrdo com as suas aptidões. Não será necessário estender-me mais sôbre a matéria, pois as reprovações maciças no ensino primário, respondendo pelo número de repetentes e, em parte, pelas deserções, demonstram que esta é, realmente, a organização do ensino primário. No próprio Distrito Federal, as reprovações, no ensino primário, chegam a ser de mais de 50%.

A organização da escola primária como escola seletiva e propedêutica justifica uma porção de fatos, que seriam julgados pelo menos surpreendentes se tal não fôsse a sua organização.

Primeiro, justifica a desordem por idades na matrícula. A escola primária recebe na primeira série e, depois, nas demais, alunos de tôdas as idades entre 7 e 14 anos. Se a escola fôsse organizada para a educação básica, todos sentiriam o que importa não começá-la na época própria, não sòmente pelo tempo que o menino terá perdido, como porque as diferenças de idade prejudicam o tipo de organização da escola primária, destinada a todos. Esta escola é mais do que qualquer outra, e exatamente porque é para todos, uma escola organizada por idades. Vai, na primeira série, sem impor qualquer padrão seletivo, educar crianças de 7 anos, com seus interêsses, seus gostos e suas aptidões. Receber, na primeira série, meninos de 8, 9, 10 e até mais anos será tôda uma desordem, salvo, repito, se a escola não fôsse a escola de educação básica, mas um curso preparatório a outra escola mais alta,

Como ela se vem fazendo, realmente, um curso preparatório, professores e diretores aceitam, sem discussão, a desordem de idades, que aflige a organização das séries escolares, prejudicando-a no seu espírito e na sua eficiência.

A segunda consequência da organização seletiva da escola primária é a possibilidade de ser ela reduzida em tempo

e em objetivos educacionais. Desde que seu propósito seja seletivo por um lado, e preparatório por outro, pode-se reduzir a mesma, cada vez mais, a um adestramento para os exames e so bre tudo para o exame da entrada na escola seguinte. O ensino, assume, então, cada vez mais, caráter informativo, limitando-se a mínimos de habilidade e a uma esquematização taxinômica de conhecimentos formais necessários aos exames.

À desordem na matrícula por idade, sucede, assim, a desordem dos horários letivos, reduzidos ao mínimo, com os turnos, que, em muitos casos, já ascendem a quatro por dia! Numa tal escola, está claro, nada mais se faz do que adestrar os meninos numa alfabetização sumária e, depois, treiná-los para os exames de mínimos conhecimentos formais, considerados necessários à promoção seletiva e, por último, ao exame de admissão ao ensino secundário.

Se não tivéssemos o propósito democrático de dar às massas uma boa educação prática para a vida, mas, apenas, o de selecionar os melhores para lhes oferecer uma educação de elite, diria que a nossa escola primária está procurando cumprir a sua missão. E a questão seria, apenas, se o está conseguido. Levam, realmente, os seus métodos à escolha dos melhores para o ensino médio e superior de que precisamos? Tenho as minhas sérias dúvidas e, por elas, chego até à convicção do contrário.

Com efeito, o tipo de adestramento, aparentemente intelectualista, que a escola primária experimenta fazer não chega a ser seletivo sequer das boas inteligências teóricas. Não direi que tais inteligências não cheguem a aproveitar-se do ensino, mas, mesmo para êste tipo de inteligência, os estudos puramente formais podem ser prejudiciais. Realmente, as inteligências que se ajustam ao ensino formal são as de certo tipo médio, excessivamente plástico e passivo. Os verdadeira mente capazes são desencorajados, e a grande maioria dos de

outro tipo de inteligência - artística, plástica, prática - é destruída. Assim, creio que a própria capacidade seletiva da nossa escola primária não é a melhor para o ensino posterior ao primário de que precisa a nossa sociedade e que o nosso estágio de desenvolvimento está a exigir.

Logo, mesmo como escola seletiva, o espírito com que a escola primária vem buscando selecionar não nos parece o mais recomendado para a conjuntura que estamos atravessando.

A realidade, porém, é que a escola primária não pode ser simplesmente seletiva, mas precisa de cuidar seriamente dos alunos de todos os tipos e todas as inteligências, que a procuram - e que até obrigatoriamente a devem procurar - para lhes dar aquele lastro mínimo de educação, capaz de nos estabilizar e dar à nação as necessárias condições de gravidade e responsabilidade. Quebrados os óbices à unificação democrática do povo brasileiro, percorre, com efeito, todas as suas camadas, e sobretudo as mais baixas, um ímpeto de ascensão social a que só a educação poderá dar ordem e estabilidade. A ordem e a estabilidade numa sociedade democrática são mantidas por critérios conscientes de valor e hierarquia. Tais critérios não se adquirem por meio de adiestramento para exames formais, mas por uma lenta impregnação que a família e a classe promovem, e a escola, quando, como as duas primeiras, se faz forma de vida em comum, com atividades de participação e de integração, também pode promover. Ora, como a família e a classe, em rigor a classe, pois a família é sempre um aspecto da classe, está vivendo, pelos próprios deslocamentos sociais causados pelo progresso econômico do país, um período de intensa mudança, não consegue a classe, por isto mesmo, a transmissão pacífica dos seus padrões, deixando, assim, de operar como força estabilizadora suficiente.

Fica, portanto, a escola. Se ela não se fizer a transmissora de padrões de hábitos, atitudes, práticas e mo

dos de sentir e julgar, as forças liberadas pelo progresso material lançarão os indivíduos a uma corrida de ascensão social, tanto mais desordenada e caótica, quanto menos preparados tiverem ficado para tais promoções, situação que não é afinal sinão a que vimos, presentemente, registrando no país.

A escola primária deverá, assim, organizar-se para dar ao aluno, nos quatro anos do seu curso atual e nos seis a que se deve estender, uma educação ambiciosamente integrada e integradora. Para tanto precisa, primeiro, de tempo: tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos (e não de adestramento para passar em exames) e de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual.

* * *

Uma vez alcançado o tempo necessário, para o que todos os esforços devem ser feitos, a organização da escola, em termos de escola-comunidade, com um currículo de aprendizagem por participação, não é difícil, embora exija abundantemente material de ensino e de trabalho e professores preparados de forma mais acentuadamente profissional, - tudo bem diverso do que vimos atualmente fazendo. A escola se organizará como um local de atividades adequadas às idades, dentro de três setores, que se conjugarão entre si, mutuamente complementares e integrados: o do jôgo, recreação e educação social e física; e do trabalho, em formas adequadas à idade; e o do estudo, em atividades de classe pròpriamente ditas.

Os próprios conjuntos de edificações escolares compreenderiam, sempre, prédios para as atividades de classe, ou "escolas-classe", para as atividades de recreação e jogos, ou ginásios e campos de esporte, para as atividades sociais e artísticas, ou auditórios e salas de música, dança e clubes e para as atividades de trabalho, ou pavilhões de artes industriais, além de bibliotecas e dos demais espaços necessários à educação integral.

A didática dessa escola obedeceria ao princípio de que as atividades infantis, predominantemente lúdicas, evoluem naturalmente para o trabalho, que é um jogo mais responsável e com maior atenção nos resultados, e do trabalho evoluem para o estudo, que é a preocupação mais intelectual de conduzir o trabalho sob forma racional, sabendo-se porque se procede do modo por que se procede, e como se pode aperfeiçoar ou reconstruir esse modo de fazer. Quando esse interesse intelectual se desenvolve bastante para se tornar uma atividade em si mesma, teremos o intelectual, o cientista, o pesquisador e o pensador, que irão constituir os corpos especializados da nação para o seu desenvolvimento cultural e científico.

Nessa escola primária, a idade é o elemento fundamental de graduação e classificação, organizando-se as séries com programas de atividades escolhidas à luz dos interesses e impulsos dos vários grupos em cada idade, com as diversificações decorrentes dos diferentes quocientes intelectuais. Daí constituírem-se os grupos quase sempre de duas idades: 7/8 na 1ª série, 8/9 na 2ª série, 9/10 na 3ª série, 10/11 na 4ª série, 11/12 na 5ª série ou 1ª complementar e 12/13 na 6ª série, ou 2ª série complementar.

Estendido o tempo da escola primária pelo dia letivo completo e pelos seis anos mínimos de estudos, teríamos a possibilidade de reorganizá-la para a educação de todos os alunos e não apenas dos poucos selecionados. Para isto seriam necessários o enriquecimento do currículo pela forma antes recomendada e a formação de magistério adequado. Temos, quanto à última tarefa, a da formação do magistério, a experiência das escolas de enfermeiras e das escolas de serviço social. Deveríamos elevar as escolas normais à categoria profissional dessas duas escolas, não direi para torná-las de chofre de nível superior, mas para acentuar-lhes o espírito de formação nitidamente profissional. Antes, porém, do currículo novo e do novo professor, teríamos de alterar a própria ordem ou es

trutura da escola primária, a fim de que deixe de ser apenas seletiva e se faça formadora e educativa.

Para tanto, antes de tudo, importa ordenar e regular a matrícula por série e por idade, a fim de organizar-se o programa por idade, suspender-se o regime de reprovações e dar-se o devido número de lugares para os alunos da 5ª série e, depois, da 6ª série, séries novas pelas quais se estenderá a escola primária. (1)

* * *

Dêsse mundo do ensino primário - algo informe e desordenado, compreendendo presentemente escolas estaduais, congestionadas e funcionando em dois, três e até quatro turnos de matrículas, escolas municipais, com instalações geralmente inadequadas e com professores despreparados, e escolas particulares livres, tôdas ou de simples alfabetização ou de caráter, como vimos, propedêutico e seletivo - passamos ao mundo do ensino médio.

A transição tem algo de um salto. Não é apenas um novo nível, mas um novo reino, ou, então, a entrada definitiva no reino da educação seletiva. Como a marcar a violenta transformação, há que registrar o ritualismo que caracteriza

(1) Vide no anexo n. 1, o documento de trabalho elaborado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, para planejamento desse programa de ordenação e desenvolvimento da escola primária para seis anos de estudo. Note-se, no documento, que o Ministério tomou uma posição de programar a educação primária para todos na zona urbana e de elevar a 70% no mínimo a matrícula da zona rural. Daí apresentar numeros mais re-
duzidos quanto à necessidade de matrícula nas escolas.


a nova escola. A licença de organização, de programas, de métodos e de escolha de magistério do ensino primário é substituída pelo formalismo mais estrito e por verdadeira inflexibilidade de organização. Distribui-se por cinco ramos esse ensino: o secundário, de caráter nitidamente intelectualista, o técnico-industrial, o agrícola, o comercial e o normal ou pedagógico.


Teoricamente, o secundário seria propedêutico ao ensino superior, e os demais, de caráter profissional, destinados ao preparo dos quadros de nível médio de técnicos para a indústria, o comércio, a agricultura e o magistério primário. Na realidade, porém, todo esse ensino médio se vem fazendo propedêutico ao ensino superior, contentando-se com o seu preparo para se iniciar no trabalho ativo apenas aquele grupo de alunos que, não conseguindo adaptar-se à rigidez dos seus padrões, acaba por abandonar o curso ou dele ser excluído pelas reprovações.

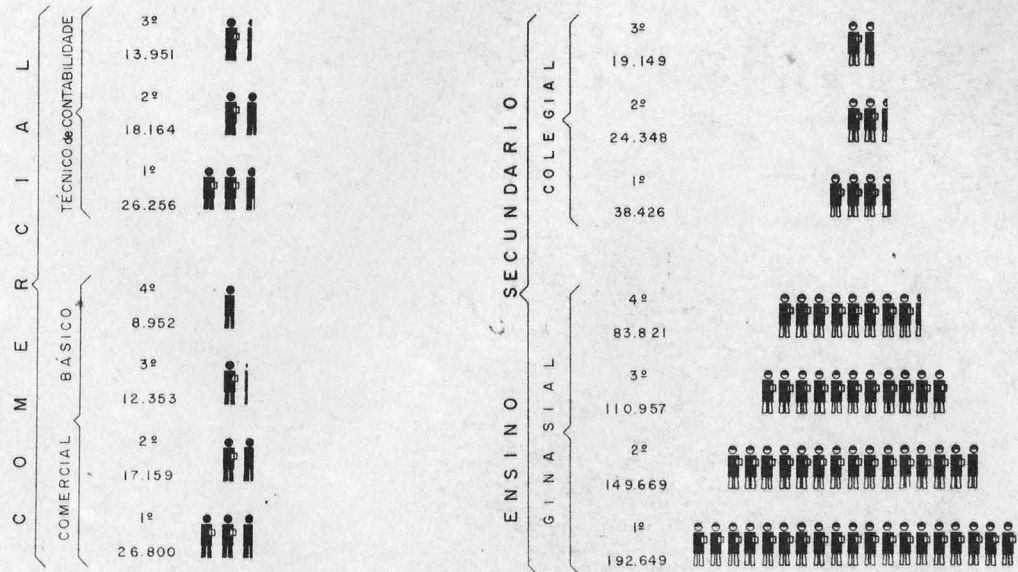
Para confirmar essa observação, basta atentar no declínio progressivo da matrícula ao longo das séries, conforme se vê no gráfico anteriormente apresentado. Dos 230 000 alunos da série inicial do primeiro ciclo, atingem ao quarto ano 95 000. E dos 88 000 do primeiro ano do segundo ciclo, apenas 42 000 alcançam a terceira série. Dêstes, logram atravessar a barreira do vestibular ao ensino superior, pouco mais de 20 000.

No ensino médio, depois do estabelecimento da equivalência dos estudos entre o ramo secundário e os ramos ditos profissionais, ou sejam comercial, técnico-industrial, agrícola e normal, temos algumas novas tendências a assinalar. Embora o secundário continue a ser o ramo dominante, com 537 000 alunos no 1º ciclo e 82 000 no 2º ciclo, já são 92 000 os que fazem o 1º ciclo nas escolas médias não secundárias e 110 000 os que nelas fazem o 2º ciclo, isto é, número

DEMONSTRAÇÃO DO CARACTER SELETIVO DA ESCOLA BRASILEIRA

 = 10.000

 = 10.000



superior em cêrca de 30 000 aos matriculados em colégios clássicos ou científicos.

Os segundos ciclos dos cursos comerciais e normais caminham para terem matrícula equivalente à do segundo ciclo do secundário. Será interessante examinar se êsse acréscimo de matrícula corresponde a um real desejo de realizar o curso profissional de nível médio, ou se estão apenas procurando tais cursos porque são mais fáceis do que os de colégio.

Em todo caso, trata-se de uma nova tendência que deve ser observada com cuidado. Todos os cursos médios profissionais são de natureza mais prática do que os dos colégios, tendo, a par disto, professôres de mais baixo preparo que os do secundário, podendo, caso a maioria dos seus alunos procurem o ensino superior, ser responsáveis pelo fraco índice de preparo revelado pelos candidatos nos exames vestibulares.

Chegados, afinal, ao ensino superior, registra-se, então, algo de surpreendente: cessam quase as reprovações. O ensino superior é o menos mortífero dos períodos escolares. Quase todos os seus alunos acabam por graduar-se. Não será isto mais uma comprovação do caráter propedêutico de todos os graus que o antecedem? A passagem no vestibular equivale a uma sagração: só com muito "esfôrço" o aluno daí em diante escapará à graduação.

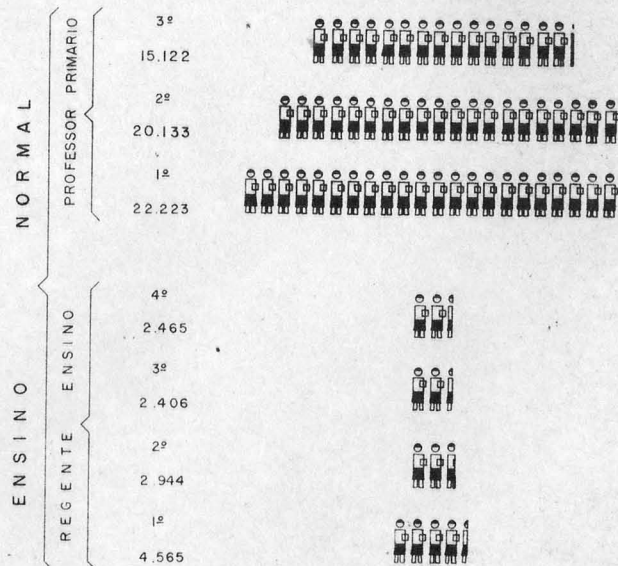
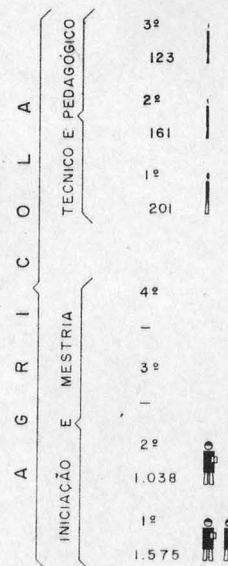
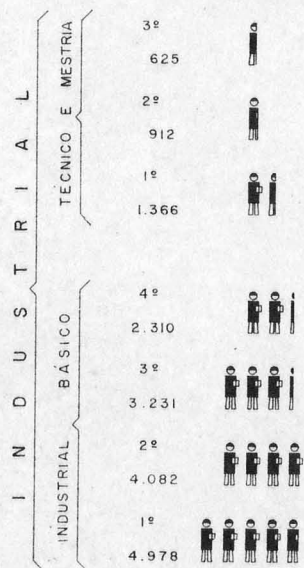
Não se diga que assim deve realmente ser e que, assim, por certo, também acontece nos países já desenvolvidos.

A situação na América do Norte, para citar o país de nosso continente em que é mais intensa a fé na capacidade de promoção social pela educação, o quadro é bem diverso. Veja-se a situação americana: em cada mil habitantes dos EE.UU. de 7 a 13 anos, todos terminaram a escola elementar e 910 entram na escola secundária aos 14 anos, 750 terminam o 1º ciclo de três anos (Junior High School) aos 16 anos, 620 termi

DEMONSTRAÇÃO DO CARACTER SELETIVO DA ESCOLA BRASILEIRA

 = 1.000

 = 1.000



nam o 2º ciclo (Senior High School) aos 18 anos. Entram na Universidade 320 e terminam o "College" (4 anos) 140. Dêstes, 27 graduam-se "Masters" e 3,5 atingem o doutorado (8 a 9 anos de estudos universitários).

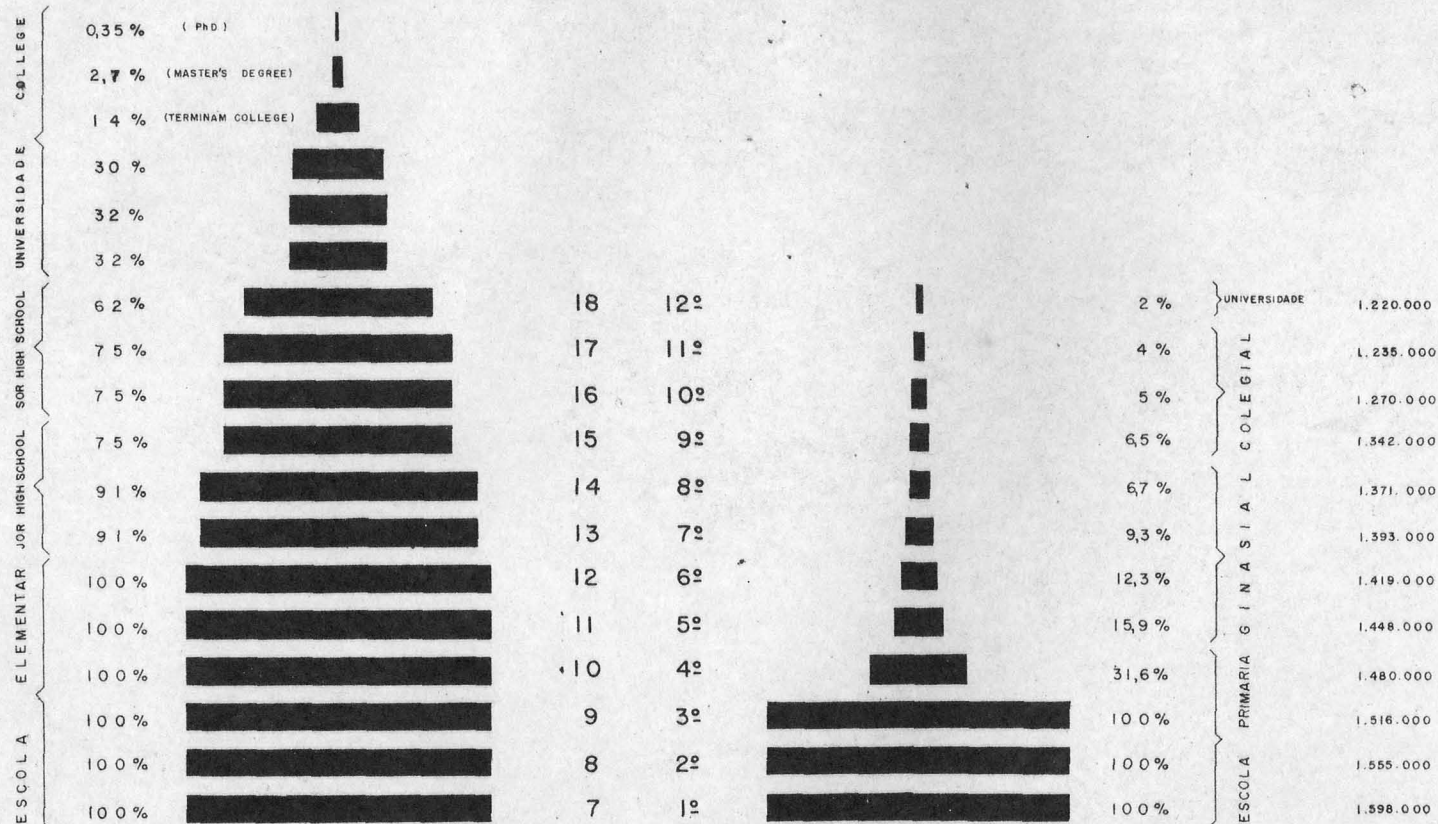
Pelo gráfico anexo, pode-se ver quanto é crescente a aspiração do povo americano por mais educação. O processo, entretanto, eleva, cada vez mais, o nível educacional de todo o povo, ficando a função seletiva como um dos corolários e não o aspecto primacial da educação. Cada um dos graus se faz, cada vez mais, formador e não apenas selecionador ou propedêutico.

Com efeito, a educação é um processo de estabilidade social e apenas secundariamente de ascensão social.

É pelo êxito na sua missão formadora que a educação se constitui uma força estabilizadora e pela capacidade de encorajar os mais capazes a prosseguir em seus estudos, que se faz uma fronteira de oportunidades para o progresso individual e a ascensão social e, como tal, uma força de renovação. As duas funções da escola - a de estabilidade e a de renovação devem ser cumpridas, mas sem se prejudicarem. O equilíbrio entre as mesmas é uma condição de boa saúde social.

Seja o ensino primário, seja o médio, seja o superior, destinam-se, primordialmente, à transmissão de certo nível de cultura indispensável à vida das diferentes camadas sociais e, dêste modo, a mantê-las estáveis e eficientes. Por outro lado, porém, como o regime de classes, em uma democracia, é um regime aberto, com livre passagem de uma classe à outra, a escola facilita que os mais capazes de cada classe passem à classe seguinte. É esta, porém, por mais importante que seja, uma função suplementar da escola e não a sua função fundamental. Se fôr desviada dêste mais importante objetivo, a escola deixará de exercer a sua função primordial, que é a de ser a grande estabilizadora social, para se fazer até uma das causas de instabilidade social.

EXTENSÃO E VOLUME DA EDUCAÇÃO NOS U.S.A. E BRASIL



U. S. A.



IDADE



GRAUS

B R A S I L

Poderá parecer isto algo de reacionário. Na realidade não o é. A educação escolar é uma necessidade, em nosso tipo de civilização, porque não há nível de vida em que dela não precisemos para fazer bem o que, de qualquer modo, tere mos sempre de fazer. Dêste modo, a sua função é primeiro a de nos permitir viver eficientemente em nosso nível de vida e sômente em segundo lugar, a de nos permitir atingir um novo nível, se a nossa capacidade assim o permitir. Se tôda educação escolar visar sempre à promoção social, a escola se torna rá, de certo modo, repito, um instrumento de desordem social, empobrecendo, por um lado, os níveis mais modestos de vida e, por outro lado, perturbando excessivamente os níveis mais al tos, levando-lhes elementos que, talvez, não estejam devida mente aptos para o novo tipo de vida que a escola acabou por lhes facilitar.

Palavras duras essas, sem dúvida, mas temos de dizê-las, pois os países subdesenvolvidos são os que mais rápida mente se deixam perder pela miragem da educação como exclusi vo processo de promoção social. E êste será, sem dúvida, o mais grave defeito de todo o nosso sistema escolar. Fazendo -se, como se vem fazendo, um simples sistema seletivo, a esco la, ajudada pelo caráter democrático de nossa população, está -se constituindo num processo de desorganização da vida nacio nal, deixando nas atividades fundamentais da sociedade sômen te os que não se podem educar e elevando todos os que logrem qualquer êxito em seus cursos, mais formais do que eficientes, a condições de vida em que não vão ser mais produtivos, mas apenas conduzir existências mais amenas, senão parasitárias.

Temos examinado, em nossos estudos, êste aspecto da escola brasileira sob vários ângulos. Hoje, desejamos apre sentá-lo, mais uma vez, à luz da verdadeira finalidade da es cola. Há como que o esquecimento da função por excelência es tabilizadora da educação e o exagêro da função de promotora do progresso individual.

Como explicar tal fenômeno em uma sociedade, sob ou tros aspectos, tão conservadora como a sociedade brasileira?

Para entrarmos na análise mais aprofundada dêsse fe nômeno, devemos apreciar certos fatos fundamentais do ensino brasileiro e acompanhar a sua evolução nos últimos 30 anos.

* * *

Até as alturas de 1925, o ensino brasileiro caracte rizava-se por um ensino primário de razoável organização, em bora de proporções reduzidas, atendido em sua maior parte, pe la pequena classe média do país, seguido de modesto ensino se cundário, predominantemente de organização privada, e de umas poucas escolas superiores divididas, como a escola secundária, mas em proporção bem diversa desta última, entre o patrocínio oficial e o privado. O Estado ou o Poder Público mantinha o ensino primário, escolas-padrões de ensino secundário, esco las técnico-profissionais, destinadas aos poucos elementos do povo que atendiam ao ensino primário, e algumas escolas supe riores profissionais.

Para dar idéia das proporções dêsse ensino bastará indicar as matrículas globais em 1927: no ensino primário, pa ra uma população em idade escolar estimada em 4 700 000, en contravam-se nas escolas cêrca de 1 780 000; no secundário, para uma população em idade escolar de 4 350 000 o número de alunos não excedia de 52 500; no ensino técnico-profissional, os alunos atingiam à cifra de 42 000 (1); e no superior, em todo o país, estudavam cêrca de 12 500.

Como se vê, a educação escolar existente não penetra va profundamente nenhuma grande camada popular e se caracte ri

(1) Note-se a alta matrícula relativa nesse ensino em com paração com a matrícula atual a página 9.

zava, perfeitamente, como uma educação da elite, eufemismo pelo qual significamos o fato da educação não atingir senão os filhos de pais em boa situação econômica na sociedade.

Tôda sociedade sobrevive à custa de um mínimo de educação que permita aos pais de certo nível social manter nesse nível social os próprios filhos. No início dêste século, embora o patriarcado rural já se achasse em desagregação, a nova sociedade mercantil emergente e que o sucedera, guardava ainda os moldes velhos de educação para as profissões liberais, que vinham, de certo modo, satisfazendo as suas ambições ainda eivadas do vitorianismo caboclo do tempo da monarquia. Na década de 20 é que começa a ebulição política e social, que deflagra, afinal, na revolução de 30, e com a qual ingressamos em um período de mudança, mais caracterizadamente representado pelo desenvolvimento da industrialização na vida nacional.

Como se comportou, durante o referido período, o nosso sistema educacional? Até que ponto se modificou para atender às novas necessidades do país? Estas têm sido as questões que agitaram e continuam a agitar o debate em torno dos problemas do ensino brasileiro.

Dois pontos poderão nortear a nossa análise: o caráter ou natureza do ensino necessário ou bastante para a sobrevivência da sociedade agrário-mercantil de antes de 30 e a reconstrução indispensável dêsse ensino para atender aos imperativos do novo estágio da vida nacional, assegurando-lhe a estabilidade e o progresso. Desejaríamos mostrar como não bastaria expandir o sistema arcaico e ornamental do ensino de antes de 20, mas reconstruí-lo em novas bases, para atender, não já apenas a imperativos de sobrevivência de uma elite, e sim a imperativos de formação de todo um povo em vigoroso processo de mudança de civilização.

Que temos feito, entretanto, até hoje? Temos, domi

nantemente, expandido o sistema velho de educação, destinado originariamente à formação de uma elite letrada ou profissional liberal para a vida política, burocrática e profissional do país e, só acidentalmente, temos atendido às exigências do novo tipo de vida da nação brasileira.

Sem desejar nos estender sobre matéria que já examinamos em outros trabalhos, vejamos rapidamente os fundamentos dessa afirmação.

Antes de 30, o sistema educacional da elite brasileira, como já acentuamos, era um sistema particular de ensino secundário, de caráter acadêmico e intelectualista, com veleidades de imitação do sistema francês de ensino, seguido das grandes escolas de profissões liberais, estas, em sua maioria, públicas e gratuitas. Para o povo, havia uma certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poderiam estes poucos alunos se dirigir às escolas normais e técnico-profissionais, estas mantidas, em sua quase totalidade, pelo poder público e, portanto, gratuitas. Com estas escolas, por dizê-lo, populares, o Estado reconciliava a sua consciência democrática, ferida pela gratuidade do ensino superior, destinado quase exclusivamente à elite.

Ao entrar o país em sua fase de mudança correspondente à industrialização, o renascimento de energias e de esperanças, que acompanha tais processos de transformação, deflagrou uma procura insofrida por educação escolar, pois essa educação se fazia indispensável às novas oportunidades de trabalho que a vida entrou a oferecer, não só diretamente, em virtude de novos tipos de trabalho industrial inaugurados, como, sobretudo, pelos novos serviços que o enriquecimento público veio a criar, com o surto industrial e urbano e o crescimento conseqüente da classe média.

Para atender à busca assim intensificada de educação, não estava o país aparelhado, pois o modesto sistema existen

te não se propunha resolver o problema da formação das novas classes de trabalho, emergentes do surto industrial, mas, apenas, a ilustrar com certas tinturas profissionais os elementos já pertencentes às pequenas classes superiores e médias e que encontravam em suas próprias classes todos os estímulos e condições necessárias à sua formação propriamente dita.

Por isto mesmo, a educação secundária e, sobretudo, a superior, era uma educação de tempo parcial, servida de professores eminentes, mas, em sua maioria, de cultura geral, relativamente pouco especializados, o que dava às próprias escolas superiores profissionais um ar de academias de cultura do espírito, um tanto ornamentais e um tanto divagantes e verbais, salvas as poucas exceções de expoentes destacados, tanto na cátedra, quanto na prática profissional, nos setores de medicina e engenharia.

Tomada de imprevisto e sem os recursos necessários para o novo empreendimento educacional, a sociedade brasileira não se apercebeu de que a alternativa à sua negligência seria a expansão, para as novas camadas em ascensão social, do sistema existente, destinado às suas reduzidas classes média e superior, sistema satisfatório, talvez, para a sociedade estabilizada senão estagnada da década de 20, mas, absolutamente inadequado às novas condições sociais.

Tal sistema tinha a seu favor, para uma expansão imediata, a vantagem de ser um sistema de educação de custeio pouco dispendioso. Não visando senão cultura geral, ou se quiserem, teórica, isto é, uma cultura da palavra, da enunciação verbal de problemas e soluções, tal educação se pode fazer por meio do professor e do livro de texto, e em tempo parcial. A essa vantagem de custeio módico, acrescentava-se a de possuir o sistema a grande motivação de "classificar" socialmente o aluno, dando-lhe aquilo que mais seduz na educação, que é a capacidade de consumir mais do que a de produzir.

De nada valeu existirem realmente dois sistemas: um de educação superior, pública e gratuita, para as classes mais altas, antecedido de uma escola secundária privada e paga, de caráter propedêutico, para o acesso à superior (o número de ginásios públicos era diminuto); e outro, de escolas primárias públicas e escolas públicas técnico-profissionais para o povo. Poderia parecer que a impotência do Estado em arcar com os novos problemas de educação não viesse a quebrar esse dualismo e continuasse o Poder Público a se esforçar, dentro dos limites de nossas possibilidades, por melhorar as escolas primárias e médias (normais e profissionais) para o povo, deixando à iniciativa privada a educação de caráter secundário e superior, no aspecto em que buscavam apenas a conservação de status social ou a conquista deste status.

Acredito mesmo que tal fôsse o pensamento dos "reformadores" da educação em 1930. A realidade, porém, é que a expansão do sistema educacional brasileiro frustrou os intuitos por ventura concebidos.

O chamado sistema de educação da elite, compreendendo o ensino secundário de caráter propedêutico ao superior e o ensino superior gratuito expandiram-se fora de todas as proporções, e o sistema popular, compreendendo o ensino primário e o técnico, não somente não se expandiu nas mesmas proporções, como se vem também tornando propedêutico ao ensino superior, meta final a que todos aspiram, sem nenhuma consciência do que representa o custo dessa educação, logo que deixa de ser de cultura geral para se fazer, como é necessário que se faça, de cultura especializada e profunda.

A modesta sociedade brasileira do princípio deste século podia dar-se ao luxo de uma escola superior gratuita para a sua diminuta classe de lazer - gratuidade apenas aparente, pois, localizada em alguns poucos e grandes centros urbanos, obrigava as famílias a deslocar e manter seus filhos nes

sas poucas cidades servidas de ensino superior. Mas a nova sociedade brasileira só poderia fazer tal com o sacrifício dos seus deveres com a educação efetiva e generalizada do povo brasileiro. Este sacrifício é o que se fez, como podemos agora ver em toda a sua extensão.

Está o país a despender, presentemente, pouco mais de 14 bilhões de cruzeiros com o seu sistema educacional (1956).

Como vimos no gráfico apresentado, o sistema acolhe cerca de 5 milhões de crianças no ensino primário, logrando dar o nível equivalente ao quarto grau ou ano escolar somente a pouco mais de 450 000 crianças. O déficit desse ensino - aceito que bastasse o mínimo de quatro anos de estudos - é de mais de 1 200 000 crianças, que também deveriam chegar ao quarto grau e que deixam a escola sem o correspondente aproveitamento. Pois bem: com essa má e deficiente escola primária, destinada a 5 milhões de alunos, despense a nação pouco mais de 6 bilhões de cruzeiros, à razão de 1 200 cruzeiros por criança.

No ensino médio, primeiro e segundo ciclos, acolhe o sistema apenas cerca de 800 000 adolescentes, despendendo com os mesmos 4 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, numa média por aluno de 5 300 cruzeiros. No ensino superior, acolhemos cerca de 70 000 estudantes, despendendo um total de 3 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, com um custo médio anual por aluno de 52 000 cruzeiros.

Estudos recentes realizados pela CAPES e pelo Banco do Desenvolvimento Econômico revelam que a tendência se vem afirmando, cada vez mais, no sentido de drenar os recursos públicos para os dois mais elevados níveis do ensino, com sacrifício cada vez mais patente do ensino primário e da formação popular.

Nas despesas globais com o ensino, em todo o país, a quota com o ensino elementar era em 1948 de 60,3% e chega em

1956 a ser apenas 43,2%. As despesas com o ensino médio de 27,3% do total de despesas com o ensino sobem a 30,8% em 1956. Nesse rateio, entretanto, o caso do ensino superior é o mais espetacular: correspondendo a 12,4% do total em 1948, atinge as suas despesas em 1956 a 26%, ou seja a mais do dobro em oito anos.

Demonstra isto a exacerbação da tendência - já manifesta, mas de certo modo controlada no período anterior a 30 - de buscar a classe superior do país obter a sua educação à custa dos cofres públicos. Com o crescimento da classe média, está a mesma também buscando obter do Estado recursos não só para conservar o seu status social, como para poder ascender gratuitamente ao nível da classe média superior, à maneira da velha e menor classe aristocrática do país, criadora do mau exemplo de educar-se às custas do Estado.

O que está acontecendo não é somente prejudicial à nação, por lhe retirar recursos para a educação do povo, mas, sobretudo, por deformar todo o espírito da educação brasileira. A forte motivação social que a inspira - ascender no escalão das classes sociais - contribui, não sei se irremediavelmente, para afastar da escola os critérios de eficiência em relação ao seu real esforço educativo e dar-lhe critérios falsos de eficiência, fundados no objetivo secundário de promoção social. A educação se faz ritualística, mais de aparência do que de realidade, pois não visa tanto preparar efetivamente os alunos quanto titulá-los, diplomá-los para o seu novo status social.

Não era isto que fazia ela ao tempo da velha sociedade estabilizada de antes de 30? Por que não há de continuar a fazer com a nova sociedade fluida e dinâmica de uma nação em expansão industrial?

Há, com efeito, a observar que o desenvolvimento no século XIX e princípios deste século se fez, nos Estados Uni

dos e, em pequena parte, no Brasil, com a importação de elementos educados que se encarregavam da produção, deixando às classes médias e superiores nativas as vantagens do consumo da riqueza produzida. E enquanto isto fôsse possível, não seria, pelo menos totalmente desastrosa uma educação de formação do consumidor que é, no final das contas, a educação do tipo da que vimos examinando.

Alteradas, porém, tais condições, sendo praticamente impossível a importação de educação do tipo necessário ao estágio industrial, temos de produzi-la aqui no país e este tipo de educação não se faz em escolas de educação formalística e verbal, mas em escolas de real eficiência no preparo do homem para as diversíssimas formas de trabalho inteligente e técnico, que caracterizam a civilização industrial.

Tôda sociedade tem seus processos instintivos de defesa e de conservação. O Brasil, como país agrário e pobre, havia desenvolvido um sistema de educação muito engenhoso para a sobrevivência de suas classes altas. Com a decadência do latifúndio, a fronteira que se abria às famílias empobrecidas era a da educação para as funções do Estado, a política e as profissões liberais. Um sistema público, universal e gratuito de educação não conviria, pois abriria as portas a uma possível deslocação das camadas sociais. Uma escola pública primária gratuita, mas pouco acessível, com espírito marcadamente de classe média, poderia servir às classes populares, sem com isso excitá-las demasiado à conquista de outros graus de educação. Como válvula de segurança, escolas normais e técnico-profissionais se abririam à continuação dos estudos pelos mais capazes. No nível médio, pois, criar-se-iam dois tipos de escola: o secundário ou propedêutico aos estudos superiores, a ser ministrado em escolas particulares pagas e destinado às classes de recursos suficientes para custear, nesse nível, a educação dos filhos e a escola normal e a técnico-profissional, em número reduzido, públicas e gratuitas, para

o povo. Criados tais óbices para o acesso ao ensino superior, poderia o mesmo ser público e gratuito. E foi o que se fez, ficando dêste modo assegurada às classes dominantes mas em parte já empobrecidas do país a oportunidade de dar a seus filhos a educação necessária às carreiras burocráticas e liberais, com que as boas famílias brasileiras contavam superar as dificuldades da desagregação da classe agrária.

Tivemos, assim: o ensino primário gratuito mas de oportunidades reduzidas; o ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer rápido desejo generalizado de ascensão social; e o ensino superior gratuito, para atender aos filhos dos "pobres envergonhados" em que se transformou a elite rural do país. Com êsse sistema, assegurou-se a estabilidade social e começamos a marcha para a sociedade de "funcionários e doutores" que sucedeu ao nosso patriarcado rural.

Ao fazer estas observações, costumo acrescentar que o instinto de defesa da sociedade não ficou completamente tranqüilo com um tal sistema. A gratuidade do ensino superior havia sempre de oferecer algum perigo. Não seria, então, de todo mau que tal ensino não se aforçurasse demasiado em ser eficiente. Os filhos-famílias que principalmente o frequentavam eram pessoas bem nascidas, com razoável oportunidade de educação em suas casas, podendo, portanto, suprir as possíveis deficiências da educação escolar, pela aquisição de bons livros, alguma viagensinha de estudos ou de aperfeiçoamento no estrangeiro, inclusive cursos pagos lá fora.

Não só a possível seriedade dêsses cursos superiores gratuitos poderia constituir-se um óbice a que o fizessem os filhos pouco inteligentes de nossas melhores famílias, como poderia criar rivais demasiado poderosos por entre os poucos elementos populares que, devido à gratuidade, acabariam por ingressar no ensino superior, como, de fato, e cada vez mais passaram a ingressar.

Talvez seja demasiado cerebrina essa interpretação... Mas eu a ensaio, porque confesso julgar necessário achar-se uma explicação para o caráter extremamente ineficiente, em regra, do nosso ensino superior, até período muito recente. A hipótese que aqui lanço é a de que a ineficiência seria um modificador da gratuidade, infelizmente necessária devido à pobreza da classe dominante, mas reconhecida, ou instintivamente pressentida como arriscada pela sociedade medrosa e estacionária que sucedeu à emancipação dos escravos.

Foi este modesto sistema de segurança educacional, mantido em razoável funcionamento até 30, que se viu, dessa data em diante, tomado de assalto pelas camadas em ascensão social e transformado no tumultuado acampamento educacional dos dias de hoje.

Organizado com o objetivo de servir à periclitante estabilidade social anterior a 30, está agora a servir, com a sua expansão desordenada, dentro de critérios ainda mais graves de ineficiência, a uma verdadeira demagogia educacional, formando, no nível superior, turmas, cada vez mais numerosas, de diplomados de duvidoso preparo para engrossar as fileiras dos candidatos ao emprêgo público, o que obriga ao Estado, como patrão quase exclusivo dessa massa de pseudo-educados, a alargar cada vez mais os seus campos de emprêgo.

A velha república de "funcionários e doutores" estava longe de supor que seu engenhoso sistema de segurança educacional viria a produzir, com a rutura dos freios tão bem imaginados, a dissolução educacional, graças à qual se vêm multiplicando os estabelecimentos de ensino superior gratuitos, a fim de poder acolher todos os que logrem atravessar a barreira, cada vez mais fácil, do ensino médio em geral e não mais só do secundário propriamente dito.

Longe de ter assegurada a sobrevivência da elite tradicional, o ensino superior gratuito está servindo para for

jar uma falsa elite diplomada e para aumentar até o ponto de perigo a inflação burocrática do país.

Cumpre-nos fazer essa advertência, em que outras implícitas se encerram, sob pena de não podermos defender, perante a parte lúcida da nação, a necessidade de recursos abundantes para a educação. Se esta se faz, não a fonte de preparo de elementos produtivos para o país, mas de elementos improdutivos ou apenas semiprodutivos, antes aumentando o ônus de despesas improdutivo da nação do que lhe socorrendo as forças de produção, porque há de a sociedade fazer o esforço financeiro necessário a custeá-la?

Porque, já aqui, cabe mostrar que, ao contrário da educação para o consumo de uma classe já rica e que precisa de escola para manter o seu status social e aprender a gastar com gosto a sua fortuna, e consumir, com espírito, a sua vida, a educação para a produção não pode ser nem barata nem ineficiente.

Não quero dizer que tôda a educação para o lazer se ja barata e ineficiente. Bem sei que esta educação pode ser custosa e até custosíssima. Acredito, porém, que se compreenda que sendo a educação para o lazer, a ineficiência possa não ser punida com conseqüências demasiado desastrosas, pois o educado já se sustenta, ou vai ter quem o sustente, estando sendo educado tão somente para usar melhor os bens que usufruía ou venha a usufruir.

Já a educação para a produção é, naturalmente, mais exigente. Porque se não fôr eficiente, haverá destruído o seu objetivo e, o que é mais grave, haverá transformado o educado em um passivo e não um ativo da sociedade, a qual com êle despendeu os seus recursos com o propósito de reavê-los e com juro, por isto e só por isto podendo aplicar em sua educação o dinheiro do povo.

Essas duas escolas de ensino eficiente e de ensino ineficiente são bem conhecidas entre nós. Para exemplificar as primeiras, isto é, as eficientes, temos as escolas médias técnico-industriais, as escolas superiores de engenharia, as escolas de medicina. Todos sabemos o seu custo. Um médico da Escola de Medicina de São Paulo custa ao Estado nada menos de 2 milhões e 900 mil cruzeiros. Um aluno de uma escola técnico-industrial não deve custar, com o curso completo, hoje de sete anos, menos de 1/2 milhão de cruzeiros. Os alunos de escolas agrícolas médias andam a custar uma média de 50 mil cruzeiros por ano.

Concordaria que certos estudos exigem despesas menores de equipamento, mas todos os estudos são caros, só podendo ser baratos rápidos adestramentos de tipo muito especial. A própria chamada cultura geral, quando verdadeiramente ministrada, é das mais caras. Exige estudos demorados, contactos prolongados com professores do mais alto nível, bibliotecas imensas e tempo, muito tempo para o estudante se concentrar na lenta e contínua absorção da cultura passada e presente.

Todos os estudos aliás de verdadeira e autêntica formação para o trabalho, seja o trabalho intelectual, científico, técnico, artístico ou material, dificilmente podem ser estudos de tempo parcial, dificilmente podem ser feitos em períodos apenas de aula, exigindo além disto, e sempre, longos períodos de estudo individual - e para tal grandes bibliotecas, com abundância de livros e de espaço para o estudante - longos períodos de prática em laboratórios, salas-ambiente, ateliers, etc., e longos períodos de convivência entre os que se estão formando e os seus professores. Somente com professores de tempo integral e alunos de tempo integral poderemos formar esses trabalhadores de nível médio e o mesmo devemos dizer do ensino superior, na preparação dos intelectuais, técnicos, cientistas e professores de alto nível. Toda simplificação só é possível se não visarmos verdadeiramente preparar

os estudantes, mas obrigá-los apenas a algumas atividades for-
mais como condição para lhes dar certos títulos de valor pré-
-estabelecido.

Ora, não será possível, em face do alto custo, a ex-
pansão do ensino superior, em condições adequadas, sem a des-
coberta de novas fontes de receita para o autêntico preparo
neste nível.

Vejamos, sumariamente, qual vem sendo a expansão em
particular do ensino superior.

Possuíamos, em 1936, 173 instituições de ensino supe-
rior, sendo 160 escolas profissionais, 3 escolas de filosofia,
8 de economia, 1 de educação física e 1 de sociologia e polí-
tica. Apenas dez anos após, em 1956, eleva-se o total a 346,
sendo 208 escolas profissionais, 45 de filosofia, 38 de econo-
mia, 8 de educação física, 8 de biblioteconomia, 22 de servi-
ço social, 8 de jornalismo e mais nove outras diversas.

Pode-se ver que a grande expansão foi de escolas de
filosofia e de economia que subiram de 11 a 83, de educação
física de 1 para 8 e as novas pequenas escolas de bibliotecon-
omia, serviço social, jornalismo, etc., que, inexistentes em
1936, chegaram a 47 em 1956.

No campo profissional propriamente dito, o crescimen-
to é um tanto menor: 160 em 1936, 208 em 1956. Incluímos nes-
se campo o direito, a engenharia, a medicina, a farmácia, a
odontologia, a agronomia, a arquitetura, a química industrial,
a veterinária e as belas-artes. Trata-se da formação do qua-
dro de profissionais de nível superior. Concluíam o curso em
1936 nesse campo 3 990 alunos e, em 1956, concluíram 8 469. O
crescimento maior é o de engenheiros que, de 220 em 1936, as-
cendem em 1956 a 1225. Já os médicos, em 1936, eram 1 376 e
em 1956, 1 465, aumentando apenas de 80, isto é, cêrca de 6%.
Já os bacharéis em direito, mais do que dobram, passando de

1 213 a 2 810. Interessante é o caso das Belas-Artes. Cresce o número de escolas de 4 para 10, concluindo o curso, nas 4, em 36, 12 alunos e nas 10, em 1956, 53 alunos, à razão de 3 e 5,3 alunos diplomados por escola. Pode-se bem avaliar o custo d'esses diplomados!

Tomados todos os 11 348 diplomados em tôdas as escolas superiores em 1955 e considerando-se que o ensino superior está a despender 3 bilhões e 665 milhões de cruzeiros por ano, a média do custo de um diplomado de nível superior seria de 322 000 cruzeiros, cifra muito pouco expressiva, pois a média é de custos demasiado heterogêneos, sendo comparação exemplar a do custo de formação de um médico com a de um bacharel em direito ou em economia.

O problema que tôda essa expansão suscita é o de como custeá-la.

Não parece justa a gratuidade do ensino superior, salvo se já estivessem plenamente resolvidos os problemas da educação popular primária e os do preparo de nível médio, na proporção e qualidade consideradas necessárias ao desenvolvimento do país. Todo o ensino gratuito deve ser universal. No caso de estudos acessíveis apenas a alguns, devem os mesmos ser pagos pelo interessado. Quando o Estado fôr o interessado, que se organize um sistema de bôlsas, concedidas mediante concurso apropriado à justa seleção dos bolsistas.

Outro não é aliás o princípio consagrado pela Constituição: o ensino primário será gratuito e o posterior ao primário, gratuito para todos os que provarem insuficiência de recursos. Tal princípio deixa claramente subentendido que o ensino posterior ao primário somente seja acessível aos a que a eles se habilitam mediante alguma forma de concurso. Para que este concurso tenha valor para o Estado e possa o mesmo prover ao custeio dos estudos dos alunos por ele seleciona

dos, seria necessário que tal concurso fôsse feito por meio de exames de Estado. De qualquer modo, o ensino posterior ao ensino primário, pela Constituição, só deve ser gratuito para os que provarem insuficiência de recursos, justificando-se, assim, a instituição de taxas para todos os demais, o que viria a criar-lhe uma nova fonte de recursos e limitar a sua expansão indiscriminada.

A necessidade de educação no Brasil se mede pelo quadro constante do gráfico abaixo. O nosso déficit no ensino primário é da ordem de 1 200 000 crianças, em números redondos, para assegurar 4 graus escolares a todas as crianças de 7 a 11 anos de idade.

Considerando-se que esse mínimo já não é satisfatório e que precisamos elevar a escolaridade obrigatória a 6 anos, temos que o déficit sobe a 3 668 000, incluindo-se os alunos de 12 e 13 anos. Somente este déficit não poderá ser coberto por menos de 4 bilhões e 16 milhões, à razão de Cr\$. 1 200 por aluno, custo médio atual do aluno primário em todo o Brasil.

Se admitirmos que, no ensino médio, devemos elevar a matrícula nos dois últimos anos do 1º ciclo pelo menos ao dobro da atual, teremos que receber, nas duas séries, mais 223 000 adolescentes, que importarão no mínimo em mais 1 bilhão e 160 mil cruzeiros, a Cr\$ 5 200 por aluno, custo médio atual.

Resta o aumento a ser previsto para o curso de colégio ou segundo ciclo do ensino médio e para o ensino superior. Para o segundo ciclo, o aumento mínimo seria de 50% da matrícula atual, o que elevaria os atuais 192 000 a 250 000, com uma despesa mínima de mais de 300 milhões de cruzeiros.

No ensino superior, a expansão se teria de fazer em obediência a um sistema de prioridades, em que se assegurasse

às escolas de engenharia e aos estudos científicos o necessário desenvolvimento.

Para expansão dessa grandeza e assim disciplinada, não podem bastar os recursos orçamentários, embora estes tenham de ser elevados ao máximo da resistência da nação.

Tomando-se a renda total da nação, que foi em 1956 de 691,2 bilhões e considerando-se que em 1953 a nação despendeu com educação 2,8% dessa renda, teremos que não seria impossível a despesa em 1956 de 19 bilhões e 353 milhões. Como apenas despendemos 14 bilhões e 65 milhões, teríamos a margem possível de 5 bilhões e 288 milhões, o que daria para o aumento do ensino primário e do ensino médio, com exceção do segundo ciclo. Isto, sem onerar a sociedade mais do que foi ela onerada no ano de 1953.

Admitindo-se que este não seja o máximo, pois os próprios EE.UU. despendem 3% de sua renda total no custeio da educação e nós apenas 2,8%, no ano em que mais gastamos, proporcionalmente, poderiam ser criadas taxas de matrícula, a partir do ensino médio, a serem pagas por todos os alunos, para cobrir as despesas do ensino acima da média das despesas atuais, o que daria margem ao melhoramento do ensino. Os alunos que não pudessem pagar receberiam bolsas de estudos, a serem custeadas pelos interessados no preparo ministrado pelas escolas, de acordo com o nível de estudos e os seus diferentes ramos. O Estado, o Comércio, os Bancos, a Indústria, os Serviços Públicos se associariam na constituição desses fundos para bolsas de estudo, de acordo com os seus interesses particulares, seja no ensino médio, seja no superior.

Estabelecido que fôsse o regime do ensino pago pelo aluno, acima de um mínimo básico a ser custeado pelo Estado, em cada curso, melhorar-se-ia o tom de seriedade de todos os estudos, professores e alunos se tornando responsáveis pela

sua eficácia e pelo seu resultado. A gratuidade generalizada de hoje concorre, indiscutivelmente, para certa irresponsabilidade reinante no campo do ensino.

Outro aspecto a considerar no ensino superior é o do trabalho remunerado do estudante. É evidente que devemos admiti-lo, mas somente no próprio estabelecimento de ensino. Trabalhos de secretaria, de datilografia, de asseio, de auxílio técnico, de biblioteca, tôdas as funções suscetíveis de serem organizadas na base de tempo parcial devem ser postas à disposição dos alunos que, dêste modo, ganharão para sua subsistência e para o pagamento das taxas de matrículas. Organizadas as escolas no regime de tempo integral, com refeições, estudos, esportes, recreação, aulas, trabalhos de laboratório e exercícios práticos, muita função remunerada poderá ser criada para os estudantes, assegurando-lhes dêste modo certa renda para custeio das despesas dos estudos.

CONCLUSÃO

Nesta análise, talvez longa, mas na realidade sumária, da situação educacional brasileira, procuramos mostrar duas tendências muito acentuadas e que nos parecem graves e até perigosas para o adequado desenvolvimento brasileiro.

Vimos como a expansão educacional obedece à tendência de alargar as oportunidades de educação seletiva para a classe média e a superior e à de custeá-la com recursos públicos subtraídos à educação popular e à educação de formação para o trabalho produtivo.

As duas tendências são sobrevivências do modesto sistema educacional de antes de 30, destinado a uma sociedade em estado de relativa estagnação, com reduzidíssima classe média e também pequena classe superior.

A exaltação dessas tendências numa sociedade em trans

formação acelerada, com um operariado crescente e crescente aumento da classe média, corre o perigo de prejudicar a distribuição regular das classes sociais no Brasil, impedindo o desenvolvimento adequado do operariado e incentivando, na classe média, um falso espírito de privilégio. É da natureza da classe média não ser uma classe privilegiada. O vigor moral dessa classe está exatamente em não se sentir privilegiada e buscar, com certa nobre gratuidade, sustentar os padrões de dignidade e decência que constituem os seus pontos de honra.

Os nossos deveres para com o povo brasileiro estão, assim, a exigir que demos primeiro a educação adequada às classes populares, a fim de lhes aumentar a produtividade e com ela o seu nível de vida. Somente depois de darmos estas oportunidades educativas básicas - que, a todos devem ser obrigatoriamente dadas - poderemos passar à educação da classe média e da superior, pedindo-lhes, então, que socorram o Estádo, assumindo parte do custo dessa educação em retribuição à manutenção do status social que lhes é, e muito justamente, tão precioso. Como a educação da classe média e superior é também essencial ao Estado, deve este custear parcela substancial dessa educação mas sem que isto importe em sacrificar a educação popular, pois esta mais do que aquela assegura a estabilidade social, no estágio de consciência popular em que vamos ingressando.

Custeando-a, assim, em parte, o Estado terá o direito e o poder de impor o sistema aberto de classes, e permitir que os mais capazes possam ascender às classes superiores seguintes. Isto também concorrerá para a estabilidade social. Mas se, criarmos, ao invés disto, como vimos fazendo, um sistema regular de ascensão social pela educação, não ministrando a educação adequada às classes populares e suprimindo das classes médias e superiores o senso do sacrifício e do esfôço necessário para nelas se manterem, o que equivale a torná-las privilegiadas, estaremos criando o fermento das grandes

inquietações sociais e favorecendo um estado de cousas do des fecho pelo menos imprevisto.

A educação sempre se apresentou como a alternativa para a revolução e a catástrofe, mas para isto, é necessário que não se faça ela própria um caminho para o privilégio ou para a manutenção de privilégios.

Façamos do nosso sistema escolar um sistema de forma ção do homem para os diferentes níveis da vida social. Mas com um vigoroso espírito de justiça, dando primeiro aos mui- tos aquêle mínimo de educação, sem o qual a vida não terá sig nificação nem poderá sequer ser decentemente vivida, e depois, aos poucos, a melhor educação possível, obrigando, porém, a estes poucos a custear, sempre que possível, pelo menos parte dessa educação, e, no caso de ser preciso ou de justiça, pelo valor do estudante, dá-la gratuita, caracterizando de modo in disfarçável a dívida que está êle a assumir para com a socie dade. A educação mais alta que assim está a receber não lhe dá direitos nem o faz credor da sociedade, antes lhe dá deve res e responsabilidades, fá-lo o devedor de um débito que só a sua produtividade real poderá pagar.

Bem sei quanto é difícil criar, entre nós, um tal es pírito. Muitos dirão que será mesmo impossível. Persisto em crer o contrário. Os nossos jovens das escolas superiores po dem não possuir a consciência perfeitamente nítida de quanto são privilegiados. Mas, é indiscutível que os agita um certo senso de dever social. Esclarecimentos como estes que estive aqui a procurar prestar juntar-se-ão a outros, até que se for me a consciência necessária para as duas reformas indispensá veis: a reorientação da escola para que a mesma se faça uma escola de trabalho e de preparo real e não apenas de ativida des rituais para o diploma, e a redistribuição dos recursos para a educação, estabelecendo-se a prioridade da gratuidade do ensino popular universal e o custeio do ensino post-primá-

rio e superior em parte com recursos públicos e em parte com recursos do estudante, salvo se lhe não assistirem condições para tal e houver obtido a matrícula em concurso público feito em escolas oficiais.

Com estas duas reformas, teremos corrigido, acredito, as duas tendências menos promissoras e de certo modo graves do nosso sistema educacional e, ao mesmo tempo, aberto um novo caminho para a sua expansão que se vem fazendo e se há de fazer cada vez maior e mais ampla, constituindo cada desenvolvimento a base sólida para um novo desenvolvimento e não um progresso ilusório, destinado tão somente a criar amanhã problema ainda maior para a escola e para a sociedade.

/hb.

BIBLIOGRAFIA

- Serviço Nacional de Recenseamento - Série Nacional, vol. I
IBGE - 1956.
- "O ENSINO NO BRASIL EM 1948-1950" - I Ensino Primário Geral
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura - 1956.
- Laboratório de Estatística do C.N.E. - Estimativas da população em idade escolar.
- CAPES - Levantamento especial das despesas públicas com o Ensino - 1957.
- "O ENSINO NO BRASIL EM 1948-1950" - II Ensino Extraprimário
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura - 1957.
- "O ENSINO NO BRASIL" - Série 1932-1947 - Serviço de Estatística da Educação e Cultura -
- Sinopse do Ensino Médio - 1954-1955-1956 - Serviço de Estatística da Educação e Cultura -
- Sinopse do Ensino Superior - 1954-1955-1956 - Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura -
- "A EDUCAÇÃO E A CRISE BRASILEIRA" - Anísio Teixeira - Comp. Editora Nacional, 1956.
- "EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO" - Anísio Teixeira - Livr. José Olympio, Editora, 1957.
- "A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO" - Anísio Teixeira - Tese ao Congresso de Municipalidades, 1957.
- "BASES PARA UMA PROGRAMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL" - Anísio Teixeira - Palestra no Curso da Cepal, 1956.
- "EDUCAÇÃO - PROBLEMA DA FORMAÇÃO NACIONAL" - Anísio Teixeira -

ANEXO n. 1

ORDENAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

1. Apesar da extensão quantitativa a que já atingiu, o ensino primário brasileiro se caracteriza pela desordem existente nas matrículas escolares, na composição de suas classes e na distribuição dos seus horários - abstração feita da precariedade da formação do seu magistério.
2. A desordem das matrículas é causada principalmente pelos seguintes fatos:
 - a) a escola primária - apesar de o Decreto-Lei n. 8 529, de 21/1/46, ter estabelecido 5 anos de escolaridade — é via de regra, de apenas 4 anos nas áreas urbanas e de 3 nas áreas rurais;
 - b) em face da legislação vigente só permitir o trabalho de menores a partir de 14 anos, acontece que a escola primária é procurada por crianças e pré-adolescentes até essa idade;
 - c) o acima referido Decreto-Lei (denominado Lei Orgânica do Ensino Primário) estabeleceu que deveriam ser "admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de sete anos de idade";
 - d) não obstante ser essa Lei Orgânica arguida de caducidade, em virtude de contrariar a letra d do n.º XV do art. 5º, combinada com o parágrafo único do art. 170 e com o art. 171 e de seu parágrafo, da Constituição Federal, é a referida idade de ingresso na escola primária aceita pela legislação educacional dos vários Estados;
 - e) conseqüentemente, a criança deverá cumprir a sua obrigação escolar entre os 7 e os 14 anos, podendo, em virtude dos critérios adotados para a promoção, repetir um ou mais anos, várias vezes. Embora a escola seja de 4

séries na zona urbana e 3 séries na zona rural, fica a criança livre de se matricular em qualquer tempo do seu período de idade escolar e de nela permanecer por período superior aos 4 e 3 anos. Em virtude dessa desordem na idade de ingresso escolar e da permanência do aluno por maior número de anos que o oferecido pelo sistema escolar, a impressão de falta de matrícula parece maior do que a real. A população total de 7-14 anos em 1956 é de 12 024 411 crianças. Se o aluno pode matricular-se em qualquer tempo, dentro desse período de idade, e, do mesmo modo, pode permanecer na escola o número de anos que quiser, teríamos de ter muito maior número de lugares na escola que o determinado pelo curso de 4 e 3 anos que estamos a lhes oferecer, para a sua educação fundamental.

3. O ensino primário brasileiro entre 1948 e 1956 teve a sua matrícula geral aumentada de 3 301 084 a 4 941 986, isto é, de cerca de 50%. Sendo esta escola de 4 séries ou anos de estudo, na área urbana, e 3 séries ou anos de estudo, na área rural, a sua matrícula atual estaria a atender até em excesso aos grupos etários de 7-11 na área urbana e em cerca de 70% aos grupos etários de 7-9 na área rural, conforme se poderá ver pelos números abaixo:

POPULAÇÃO ESCOLAR

Idades	Área urbana	Área rural
7 anos	472 300	1 141 200
8 anos	448 400	1 083 600
9 anos	406 600	982 400
10 anos	511 500	-
11 anos	455 700	-
TOTAL	2 294 500	3 207 200

MATRÍCULAS

<u>Urbana</u>	<u>Rural</u>
2 831 758	2 110 228

TOTAIS

a) população escolar:	5 501 700
b) matrículas:	4 941 986

4. Se tomarmos a matrícula das escolas na área urbana em 1956, veremos que a mesma ultrapassa os limites dos grupos etários de 7-11. Com efeito, a população escolar de 7-11 é de 2 294 500 e a matrícula geral é de 2 831 758. Na zona rural, a população escolar nos grupos etários de 7-9 é de 3 207 200 e a matrícula nas escolas de 2 110 228, isto é, quase 70% dos alunos que deveriam estar na escola.
5. A desordem de composição das classes escolares é, em parte, consequência dos próprios fatos relatados nos itens anteriores, conforme demonstramos a seguir:
- a) encontram-se na 1ª série das escolas urbanas, numa matrícula geral de 1 251 637 alunos, 328 231 crianças de menos de 8 anos (as únicas que se deviam encontrar nessa série), 613 556 de 8 a 11 anos e 130 000 de mais de 11 anos. Na segunda série, numa matrícula geral de 659 800 alunos, 18 000 têm menos de 8 anos, 399 206 têm entre 8 e 11 anos e 148 000 têm mais de 11 anos. Na terceira série, onde deveriam estar os alunos de 9 anos, encontram-se numa matrícula geral de 498 389 alunos, 1 708 de menos de 8 anos, 243 458 de 8 a 11 anos e 181 953 de mais de 11 anos. Na quarta série, onde deviam estar os meninos de 10 anos, temos, na matrícula geral de 365 297, 121 467 alunos de 8-11 anos e 191 592 de mais de 11 anos. A mesma situação ainda mais agravada se reproduz na escola rural, em cuja 1ª série se en

contram mais de 1 000 000 de alunos retardados em idade, sendo que 275 573 têm mais de 11 anos de idade;

- b) além disso, a matrícula pelas diferentes séries nos mostra a existência de um triângulo de base demasiadamente larga, isto é, com enorme concentração de alunos na 1ª série e poucos na 4ª série, conforme se vê pelos números abaixo:

Séries	Matrículas	Matrículas	Total das matrículas
	Área urbana	Área rural	
1ª	1 251 637	1 449 727	2 701 364
2ª	659 800	407 274	1 067 074
3ª	498 389	208 913	707 302
4ª	365 297	-	365 297

NOTA:- Em virtude de alguns Estados, em algumas cidades, manterem uma 5ª série, e, em certas escolas consideradas rurais, 4ª e 5ª séries, as estatísticas oficiais registram mais 56 635 na 5ª série das áreas urbanas, e mais 44 314 nas 4ª e 5ª séries das áreas rurais.

6. O fenômeno acima decorre das seguintes razões:

- retardamento de ingresso na escola para depois de completada a idade de sete anos, o que ocorre sobretudo nas áreas rurais;
- migração de populações rurais para as áreas urbanas, as quais não tendo procurado escolarização para as crianças nas áreas de origem, são agora estimuladas pelo meio urbano a fazê-lo, qualquer que seja a idade dessas crianças, acima de sete anos;
- alta percentagem de reprovações nas séries iniciais, sen

do que, só na primeira, mais de 50% das crianças não ob-
têm promoção ao fim do primeiro ano de escolarização.

7. A desordem dos horários escolares, que obriga as escolas urbanas a funcionarem em dois, três e quatro turnos diários de poucas horas, aparentemente é consequência do excesso de matrículas. Não havendo prédios, nem instalações suficientes, para tal supermatrícula, o recurso é dividir os alunos em grupos que, por turnos, ocuparão sucessivamente as instalações existentes, durante o dia e, em certos casos, até noite a dentro.
8. Será impossível organizar-se a escola primária, instituição por sua natureza graduada pela idade dos alunos, enquanto se mantiver a desordem da matrícula e a desordem da repetição indefinida dos graus escolares. Torna-se indispensável a preliminar da graduação da escola pela idade dos alunos, fixando-se as idades 7-8 para a 1ª série, 8-9 para a 2ª, 9-10 para a 3ª e 10-11 para a 4ª, com o que se poderia prever o número necessário de lugares para a população escolar. Isto feito, não seria, então, impossível ampliar o curso a uma 5ª e uma 6ª séries, que se destinariam aos alunos de 11-12 e 12-13 anos de idade.
9. Para a regularização da matrícula por idade, nas diferentes séries, é preciso adotar-se novo critério de escolarização, tendo em vista impedir que a criança permaneça na escola mais do que o número de anos que esta lhe oferece. Assim, numa escola de 4 anos ou séries, a criança receberá dela o que puder receber, dentro de seus limites psico-sociais, individuais, e do que ela lhe puder oferecer, segundo as suas possibilidades de instalação, material didático e capacidade docente dos professores. Torna-se, pois, necessário um regime flexível de promoções (pelo menos semestral) e de agrupamento de alunos em classe, tendo em vista o aproveitamento da aprendizagem e a idade, bem como a

grandeza de cada grupo que não poderá contar com menos de 20 nem mais de 35 alunos.

Desta forma se corrigiria uma contradição básica de nossa escola primária. Se ela fôsse seletiva, a reprovação deveria eliminar o aluno da escola. Não querendo ser seletiva, na realidade o é mediante o processo de promoção que adota e, para corrigir este aspecto contraditório de sua intenção, permite a repetição indefinida das séries. Com isto, porém, gera uma desordem de idades em cada agrupamento da série escolar, prejudicando pedagogicamente a série ou grau escolar e prejudicando socialmente o aluno.

Todos os sistemas escolares, hoje, regularizam os graus escolares pelas idades, com sistemas mais ou menos flexíveis de promoção e uma eficiência cada vez maior dos métodos de ensino. Temos, também, de fazer o mesmo. Inicialmente, há que regularizar a matrícula pelas idades e, depois, aperfeiçoar o professor para que possa ele realizar, cada vez melhor, o ensino apropriado a cada idade.

10. Se isto fizermos, teremos de logo melhorado a distribuição por idade, podendo acolher, nas escolas urbanas, a totalidade dos alunos de 7 a 11 anos, ficando ainda mais de 500 000 lugares para alunos de mais de 11 anos, isto é, para as 5ª e 6ª séries, que deveremos criar a fim de estender a escolaridade obrigatória a 6 anos.

Na zona rural, onde a matrícula se faz um pouco mais tarde, se estabelecêssemos o início da escola aos 8 anos, teríamos, para oferecer a todos três anos de estudos, necessidade de de cerca de 3 milhões de matrículas na escola, sendo de 1 milhão em cada série, com as idades de 8, 9 e 10 anos. Como uma parte da população rural se acha dispersa, não podendo ter acesso à escola, não será demais calcular que, se a escola oferecer lugares para 70%, terá oferecido lugares suficientes. Ora, a atual escola rural está com 2 110 228 de matrículas, o que corresponde, exatamente, a

70% da população escolar na idade de 8 a 10 anos. Portanto, também na escola rural, se fôr regularizada a matrícula pelas idades, teremos chegado ao ponto de pensar em prolongar a escolaridade, pelo menos, aos quatro anos da atual escola urbana.

11. Resumindo concretamente o que é sugerido nos itens anteriores, recomendamos que, a partir de 1958, os Estados e os Municípios se esforcem por organizar nas áreas urbanas as classes escolares da seguinte forma:

- a) matricular no primeiro ano (1ª série), crianças preferentemente de 7 anos e, mais, as de 8 anos de idade até o limite de 700 000;
- b) matricular na 2ª série, crianças preferentemente de 8 anos e mais as de 9 anos, até o limite de 500 000;
- c) matricular na 3ª série, crianças preferentemente de 9 anos e mais as de 10 anos, até o limite de 500 000;
- d) matricular na 4ª série, crianças preferentemente de 10 anos e mais as de 11 anos, até o limite de 500 000;
- e) matricular nas 5ªs séries que forem instaladas, conforme propomos adiante, crianças preferentemente de 11 anos e mais as de 12 anos, até o limite de 200 000;
- f) as primeiras séries (1º ano) seriam constituídas apenas com crianças de 7 e 8 anos que ainda não tivessem tido qualquer escolarização primária;
- g) as segundas séries seriam constituídas com crianças de 8 e 9 anos que tivessem tido pelo menos 6 meses de escolarização primária e mais as de 9 anos sem qualquer escolarização, sendo que estas constituiriam grupo à parte que, por ter chegado à escola com atraso, teria tratamento adequado e desta receberia menor número de anos de escolarização;
- h) as terceiras séries seriam constituídas pelos alunos de

9 e 10 anos que já tivessem alcançado os mínimos programáticos para uma 2ª série normal e por alunos de 10 anos que o não tivessem conseguido e que, por isso, constituiriam grupo à parte, para tratamento escolar adequado ao seu nível de aprendizagem já realizada;

i) as quartas séries seriam constituídas pelos alunos de 10 e 11 anos que já tivessem alcançado os mínimos programáticos para uma 3ª série normal e por alunos de 11 anos que o não tivessem conseguido e que, por isso, constituiriam grupo à parte para tratamento escolar adequado ao seu nível de aprendizagem já realizada;

j) as 5ªs séries seriam constituídas pelos alunos de 11 e 12 anos que já tivessem alcançado os mínimos programáticos para uma 4ª série normal e por alunos de 12 anos que o não tivessem conseguido e que, por isso, constituiriam grupo à parte para tratamento adequado ao seu nível de aprendizagem já realizada;

k) as 6ªs séries, quando instaladas, segundo será esclarecido adiante, em 1959, seriam constituídas com alunos de 12 e 13 anos que tivessem realizado a 5ª série, nas condições descritas na alínea anterior.

12. Nas áreas rurais as classes escolares seriam organizadas da seguinte forma:

a) matricular no 1º ano (1ª série) crianças preferentemente de 8 anos e mais as de 9 anos, até o limite de 1 300 000;

b) matricular na 2ª série, crianças preferentemente de 9 anos e mais as de 10 anos, até o limite de 1 000 000;

c) matricular na 3ª série, crianças preferentemente de 10 anos e mais as de 11 anos, até o limite de 800 000;

d) matricular na 4ª série, a ser instalada, crianças preferentemente de 11 anos e mais as de 12 anos, até o limite de 500 000;

- e) as 2ª, 3ª e 4ª séries seriam organizadas em, pelo menos, dois níveis, conforme o aluno tenha ou não atingido os mínimos programáticos supostos e normalmente suficientes para a série anterior, segundo se indicou ao ter em vista a organização das classes urbanas.
13. Segundo o proposto nos itens 11 e 12, até fins de 1959, teríamos nas escolas urbanas cerca de 2 200 000 crianças com as idades de 7 a 11 anos de idade e mais, nas 5ª e 6ª séries a serem instaladas, cerca de 400 000 de idade superior a 11 e inferior a 14 anos. De forma semelhante, teríamos nas escolas rurais cerca de 3 100 000 crianças com as idades de 8 a 11 anos e mais, na 4ª série a ser instalada, 500 000 crianças de mais de 11 e menos de 13 anos de idade.
14. Julgamos que, ao fim de 6 anos, é possível ter organizadas as classes primárias de modo tal que já não se tornem necessárias as classes especiais para menores que, tendo a idade correspondente, não possuam os mínimos de aprendizagem julgados normais para a classe anterior, sendo a variação, portanto, relativa apenas a diferenças psico-sociais, individuais, e não de escolaridade e aprendizagem.

EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE

1. Evidentemente, a ordenação da escola primária, tendo em vista a distribuição dos alunos, conforme a idade, pelas diferentes séries escolares, não é suficiente para criar os mínimos de eficiência escolar. O fenômeno do desdobramento do dia escolar em horários para grupos diferentes da mesma classe, de 3 a 4 horas apenas, não permite que cada aluno receba da escola o que esta lhe deve dar e que ele pode receber.
2. Em vista disso, recomendamos que, com o auxílio que o Governo Federal lhes puder dar, os Estados e os Municípios

se esforcem por estender gradualmente o regime de dia escolar completo que, desde logo, será estabelecido para as 5ª e 6ª séries a serem instaladas, às séries anteriores. O primeiro passo, dependente da regularização das matrículas conforme foi indicado anteriormente, seria o de, dentro de dois anos, pôr tôdas as escolas primárias em regime de dois turnos e, um ano mais tarde, a quarta série em regime de um só turno de 6 horas diárias; depois disso, possivelmente no ano seguinte, a terceira série; depois, a segunda série; e, finalmentel, a primeira série. Julgamos possível, por esta forma gradativa fazer com que, entre 1963 e 1965, as escolas brasileiras estejam praticamente tôdas com dias letivos de 6 horas.

3. Esse objetivo será facilitado pela regularização das matrículas pela idade e pela adoção de critérios mais razoáveis e flexíveis de promoção - conforme se indicou anteriormente - de modo a impedir a condensação de matrículas nas primeiras séries e sua rarefação nas últimas. Se, como propomos a seguir, o Governo Federal, mediante auxílio aos Estados, se responsabilizar praticamente pela instalação e manutenção das 5ª e 6ª séries urbanas, será possível aos Estados e aos Municípios, com seus recursos próprios (20% da renda dos impostos, segundo a Constituição) ampliarem a rede escolar e admitirem o professorado necessário para esse fim.
4. A extensão da escolarização a 6 anos nas áreas urbanas se impõe pelo fato já mencionado de que, só podendo o trabalho de menores ter início aos 14 anos, ficam os que concluem as 4 séries primárias, já existentes, antes dessa idade, com duas alternativas: ou prosseguir os estudos num estabelecimento de ensino médio, ou ficar sem ter o que fazer. Calculamos que, a partir de 1958, cêrca de 200 000 crianças de 12 e 13 anos de idade se encontrem na segunda situação, em tôdas as cidades brasileiras. Para

elas deverão ser instaladas, nas escolas primárias, uma 5ª série em 1958 e uma 6ª série em 1959, mantendo-se, daí por diante, a escola primária urbana com seis séries.

5. Tais novas séries deverão ser organizadas do seguinte modo:

- a) ter o dia escolar de 6 horas, dividido em duas fases: uma de extensão da aprendizagem fundamental ou de cultura, e outra de iniciação em atividades pré-vocacionais, de preparação, em salas-oficina, para a iniciação da aprendizagem profissional quando os alunos atingirem a idade legal de 14 anos;
- b) possibilitar aos que, concluídas essas duas séries de ensino primário complementar, o desejarem e puderem, prosseguir seus estudos em escolas de nível médio, aí matriculando-se na terceira série do primeiro ciclo, mediante simples processo de adaptação, que estas mesmas escolas, sem prejuízo de tempo e nível de escolaridade, lhes proporcionarem;
- c) não ter o aspecto de ensino de emergência, mas de ensino normal que, normalmente, se entroza com o ensino de nível médio.

6. A extensão da escolarização a 4 anos nas áreas rurais se justifica pela necessidade de completar o ensino fundamental de 3 anos, com mais um, que terá não só a função de consolidar essa base cultural, mas ainda de orientar experimental e racionalmente as crianças de 12 e 13 anos para as atividades rurais, tendo em vista os problemas e necessidade mais comuns da vida em tais áreas. Tanto quanto possível também essa quarta série rural deverá ter dia escolar de 6 horas, a fim de que possa atender seu duplo aspecto de ensino.

ENSINO DE EMERGÊNCIA

1. Organizada a escola primária, segundo as linhas traçadas an

teriormente, verificamos que, segundo os dados estatísticos disponíveis e as expectativas formuláveis com certa aproximação, sobrarão cerca de 250 000 pessoas de mais de 12 e menos de 14 anos de idade, nas áreas urbanas que, por diversas razões, entre as quais sobressai a da urbanização crescente de populações rurais, não terão tido nenhuma escolarização e que, por isso, não poderão ser atendidas pelo sistema escolar primário existente e reajustado.

2. De forma semelhante, também nas áreas rurais, provavelmente quase um milhão de pessoas, nas mesmas idades, se encontrarão sem qualquer possibilidade de saírem da condição de analfabetos. É preciso, entretanto, ponderar que essa expectativa persistirá com probabilidade de ser maior, se não fôr a escola primária organizada conforme se indicou. Por tal organização, com o tempo e gradativamente, é que a expectativa de analfabetos de 12 a 14 anos, tenderá para zero.
3. Dessas considerações resulta, pois, a necessidade de classes de emergência, destinadas a fornecer um mínimo de ensino fundamental à referida população, contribuindo, assim, para a aceleração do processo de reduzir o analfabetismo de pessoas nessa faixa de idade, o que é meio prático de progressiva erradicação do analfabetismo.
4. Recomendamos, por isso, a aplicação preferencial, a partir de 1958, dos recursos destinados à Campanha de Educação de Adultos, em classes de ensino primário de emergência para pré-adolescentes de 12 a 14 anos, quer nas áreas urbanas, quer nas áreas rurais. A tais recursos, progressivamente e à medida do possível, o Governo Federal acrescentará outros. Julgamos que o critério de aumentar, anualmente, de 30% os recursos normais daquela Campanha, aliado ao esforço de regularização e extensão da escolaridade primária, permitirá que, até 1963, praticamente tenhamos toda a popu

lação brasileira de 7 a 14 anos quer em processo de escolarização, quer com o mínimo de escolaridade que se faz necessário à mudança de base que se opera em nossa sociedade.

5. Além disso, atendendo ao fato de que, nas áreas urbanas, grande número de crianças, ao atingirem a idade de 14 anos, têm menos de 4 anos de escolaridade, quer em virtude de retardamento na matrícula, quer por abandono dos bancos escolares, se vêem na contingência de iniciar atividade profissional ou de aprendizagem profissional em empresas industriais, com evidente e prejudicial falta de base educacional, e considerando que as próprias empresas se ressentem da falta de operários semiquualificados e qualificados, recomendamos:

a) treino de operários semiquualificados e de mestres, com os seguintes objetivos:

I) treino de operários semiquualificados da indústria (operadores de máquinas e outros trabalhadores de serviços de produção em série ou de serviços auxiliares) no próprio local do trabalho, através de programas combinados pelo SENAI e cada empresa, nos termos da Portaria nº de do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

II) treino de mestres de indústrias na direção dos operários a seu cargo e no treinamento de novos operários;

b) formação em escolas de operários qualificados para a manutenção e fabricação de máquinas, com os seguintes objetivos:

I) formação em cursos intensivos de curta duração de contingentes de novos aprendizes de ofícios qualificados destinados às oficinas de manutenção de máquinas, motores elétricos e de outros equipamentos de empresas que fabricam bens de consumo;

- II) formação em cursos intensivos de curta duração, de contingentes de novos aprendizes de ofícios qualificados destinados às oficinas de manutenção de motores e elétricos, de motores a gasolina e diesel e outros equipamentos de empresas de transporte e de produção e distribuição de energia;
- III) formação em cursos de curta duração de contingentes anuais de novos aprendizes de ofícios qualificados destinados às empresas metalúrgicas que fabricam máquinas ou peças de máquinas, motores, transformadores, chaves e outros equipamentos elétricos, peças de automóveis, carros de estrada de ferro e especialidades metalúrgicas em geral.
6. Em face da percentagem alta de adultos analfabetos, existentes no país (cêrca de 50%), incompatível com os nossos desejos de desenvolvimento, pois que uma população inculta é certamente um entrave a tal desenvolvimento, é preciso enfrentar o problema da erradicação do analfabetismo. Tal tarefa, porém, não é fácil, além de implicar inversão de recursos, talvez não possível na presente conjuntura econômico-financeira da nação. Além disso, as experiências e tentativas já realizadas em países democráticos e em situação de semi e subdesenvolvimento, não foram suficientes para indicar meios rápidos e seguros de tal erradicação. Em face do exposto, julgamos recomendável:
- a) tentar durante dois anos (1958-1959), em áreas limitadas, como a de um município, experiências pelas quais se verifique a viabilidade de um programa nacional de erradicação do analfabetismo e de seu respectivo custo;
 - b) organizar o plano experimental no sentido não apenas de aplicação de recursos federais, mas também à base de cooperação das autoridades e dos recursos estaduais e municipais, das organizações privadas de comércio, agropecuária e indústria, de cultura, recreação e esportes, etc.

- c) aplicar nesse plano recursos provindos das verbas destinadas à Campanha de Educação de Adultos, de outras campanhas de educação e assistência, mantidas pelo M.E.C., além daqueles que, para êsse fim, puderem ser especialmente consignados.

Não julgamos que, em uma experiência dêsse tipo, cujo objetivo é o de sondagem de métodos e processos e conseqüente viabilidade em escala nacional, se deva aplicar, na presente conjuntura econômico-financeira, mais de 20 milhões de cruzeiros, em recursos federais.

FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

1. Além do recomendado anteriormente, tendo em vista a escolarização primária da população que dela necessita e a ela pode submeter-se, precisaria a União ajudar os Estados num esforço significativo para a formação do magistério primário, pois que o aproveitamento da regularização e extensão do ensino primário dependem da qualificação profissional dos professores. Sabemos que cerca de 40% do magistério primário em exercício não tem qualquer formação pedagógica e que 90% das escolas de formação dêsse magistério - segundo levantamentos qualitativos já realizados pelo INEP - não estão devidamente equipadas e não dispõem, por sua vez, de professores especializados para tal espécie de formação profissional.
2. Em virtude dêsse estado de coisas recomendamos:
 - a) ajudar os Estados com assistência técnica e com recursos para a manutenção de estabelecimentos de formação do professor primário, não se limitando, pois, o auxílio federal a permitir a simples construção do prédio escolar;
 - b) organizar cursos para professores dêsses estabelecimen-

tos de ensino profissional, pedagógico, nas Faculdades de Filosofia e nos Institutos de Educação do país, que, para tal, melhores condições técnicas e científicas oferecerem;

- c) oferecer bolsas de estudos aos professores de ensino normal (profissional pedagógico) já em exercício em todos os Estados, a fim de que possam frequentar aqueles cursos;
 - d) aumentar a atual verba de 10 milhões de cruzeiros, destinada aos objetivos mencionados, de forma a permitir a execução do programa em condições de atender às necessidades nacionais.
3. Para atender ao problema de formação ou preparação de professores primários para as novas 5ª e 6ª séries, torna-se necessário um programa de treinamento em artes industriais e trabalhos de oficina, pré-profissionais. O INEP pretende resolver esse problema mediante convênio com o SENAI que apresenta condições favoráveis para esse treinamento, ao mesmo tempo que pretende aproveitar os professores assim treinados para, em serviço, iniciarem novos no mesmo treinamento. Dessa forma será possível formar com relativa rapidez o magistério especializado para aquelas duas séries primárias complementares.

METAS A SEREM ATINGIDAS

A partir de 1958:

- A. Regularização da matrícula por série e idade e admissão na primeira série de todos os alunos da respectiva idade, isto é, entre 600 e 700 mil alunos novos.
- B. Prolongamento da escolaridade, nas áreas urbanas, a uma 5ª série para cerca de 200 000 alunos, que terminam a 4ª série e não se matriculam no ensino médio, ou que, tendo 12 e 13

anos de idade, não têm escolaridade suficiente, precisando complementá-la, ao mesmo tempo que recebem a primeira preparação pré-profissional.

- C. Formação, pelo SENAI, nas condições estabelecidas no tópico "ensino de emergência", item 5, alínea a, de aprendizes treinados (operários semiqualeificados) e em treinamento, de modo que, em 1964, seu número não seja inferior a 60 000. Do mesmo modo e de conformidade com o mesmo tópico, item e alínea, conseguir que, a partir de 1958 até 1964, haja 50 000 mestres treinados e em treinamento em cursos tipo T W I.
- D. De acordo ainda com o item 5, alínea b do tópico "ensino de emergência", conseguir a partir de 1958 até 1964, 70 000 aprendizes colocáveis na indústria já com o domínio das operações básicas dos ofícios.
- E. Organização de 1 000 classes de emergência para menores analfabetos de 12 a 14 anos, com recursos da Campanha de Educação de Adultos que, para isso, deve ter os referidos recursos acrescidos de 30%, ou sejam aproximadamente 20 milhões de cruzeiros.
- F. Assistência técnica no campo da formação do magistério, ajudando a custear os cursos de formação do magistério e oferecendo, pelo menos, 200 bolsas para formação de professores de escola normal nas melhores Faculdades de Filosofia e Institutos de Educação do país.

A partir de 1959:

- A. Prossecução da regularização da matrícula por idade e por série e admissão na primeira e segunda série de todos os alunos nas respectivas idades.
- B. Prolongamento da escolaridade à 6ª série para os 200 000 da 5ª série e admissão de número talvez um pouco maior à 5ª série.

- C. Organização de 1 500 classes de emergência para menores a nalfabetos de 12 a 14 anos.
- D. Continuação do programa de assistência técnica ao magistério nas condições de 1958.

A partir de 1960:

- A. Regularização definitiva da matrícula em tôdas as séries, com a admissão de todos os alunos nas respectivas idades de 7-11, para as áreas urbanas e 8-11 para as áreas rurais.
- B. Manutenção universal da 5ª e 6ª séries complementares.
- C. Continuação do programa de classes de emergência para menores analfabetos de 12 a 14 anos de idade.
- D. Continuação do programa de assistência técnica ao magistério primário.

RECOMENDAÇÕES

1. Estender gradualmente o regime do dia escolar completo, a ser estabelecido imediatamente nas 5ª e 6ª séries, às séries anteriores. Para estimular os Estados a êsse esforço, se estabeleceria que o auxílio federal não seria mantido depois do segundo ano, se o Estado não tivesse começado em tôdas as escolas primárias o regime de dois turnos e depois do terceiro ano, a quarta série em regime de um só turno; depois do quarto ano, a terceira série; depois do quinto ano, a segunda série; e depois do sexto ano, a primeira série.
2. Com recursos orçamentários já existentes da Campanha de Educação de Adultos e de outras campanhas educativas e de assistência do M.E.C., cuja soma não ultrapasse de vinte milhões (Cr\$ 20.000.000,00), planejar e executar uma expe

riência de erradicação do analfabetismo numa área limitada, possivelmente um município, tendo em vista verificar a possibilidade de extensão a todo o país, dos processos e métodos apurados.

3. A partir de 1948, todos os convênios que foram firmados com os Estados, pelo Governo Federal, com o fim de ação supletiva em ensino primário e normal, deverão ter suas cláusulas condicionadas pelo que se contém, como base e diretrizes, no presente relatório, atendidos que sejam critérios proporcionais de esforço e carência educacionais de cada estado. A distribuição dos recursos, por meio de convênio, procurará atender, além disso, às seguintes normas:

- a) no setor de extensão da escolarização primária, o auxílio será tanto para instalação das 4ª e 5ª séries, como para sua manutenção;
- b) no restante do ensino primário, os auxílios provindos do Fundo Nacional do Ensino Primário, se destinarão à construção, instalação e equipamento de escolas;
- c) no setor do ensino normal os auxílios serão para o equipamento de escolas, aperfeiçoamento de professores em exercício e para organização de cursos e concessão de bolsas a professores de escolas normais, bem como - já no que diz respeito à manutenção - permitir a estes regime de integral dedicação.

NOTA:- O presente trabalho, elaborado por J. Roberto Moreira com base em diretrizes formuladas pelo Dr. Anísio Teixeira, constituiu a Contribuição do INEP ao Plano apresentado pelo MEC ao Sr. Presidente da República com vistas à educação para o desenvolvimento econômico, em maio de 1957.

/hb.